

Educação Ambiental: uma Reflexão Necessária

Educación ambiental: una reflexión necesaria

Carolina Albertoni Opolski

*Mestre em Geografia pela UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão- PR
E-mail: calbertoni@gmail.com*

Rosana Cristina Biral Leme

Doutora em Geografia – Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)-Programa de Pós-Graduação em Geografia - Campus de Francisco Beltrão- PR. E-mail: rosanabiral@hotmail.com

Recebido: 23 de setembro de 2014 Aceito: 20 de julho de 2016
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - A Educação Ambiental surgiu a partir da discussão sobre os problemas ambientais e as consequências do modelo de produção existente e seus impactos sobre o meio natural, utilizando a natureza como recurso para a produção de bens e a manutenção do consumo. A discussão sobre os problemas ambientais e educação ambiental se relacionam ao modo de vida, modo de produção e a falência do modelo atual da sociedade capitalista que explora o meio natural como se fosse inesgotável e estivesse a serviço da produção ilimitada. O homem como um ser social transforma o espaço modificando-o conforme sua necessidade. Essa transformação na paisagem foi abrangente, de maneira que existem poucos espaços intocados e/ou modificados em nosso planeta. Diante dos impactos causados pelo homem, estamos diante de um paradigma, sendo necessária a discussão ambiental e o trabalho na área da educação ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental; Consumismo; Crise; Paisagem.

Resumen - La educación ambiental ha surgido de la discusión de los problemas ambientales y las consecuencias del modelo de producción existente y su impacto en el medio ambiente natural, utilizando la naturaleza como un recurso para la producción de bienes y el mantenimiento del consumo. El debate sobre las cuestiones ambientales y la educación ambiental están relacionados con el modo de vida, el modo de producción y el fracaso del actual modelo de sociedad capitalista que explota el entorno natural como si fuera inagotable y estaban al servicio de la producción ilimitada. El hombre como ser social transforma el espacio modificándolo según sea necesario. Esta transformación en el paisaje era amplia, por lo que hay pocas zonas vírgenes y/o modificadas en nuestro planeta. Sobre los impactos causados por el hombre, nos enfrentamos a un paradigma, lo que requiere discusión ambiental y el trabajo en la educación ambiental.

Palabras clave: Educación ambiental; Consumismo; Crisis; Paisaje.

Introdução

A crise ecológica anunciada na década de 50 já trazia algumas reflexões sobre como seria necessário mudar as práticas em nossa sociedade para superar o paradigma apresentado. Alguns conceitos surgiram visando a mudança necessária, o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.

Décadas após a discussão proposta pela Organização das Nações Unidas, continuamos a discutir e refletir as metodologias necessárias para superar a crise ecológica e social que estamos inseridos. Não conseguimos avançar em soluções e atitudes práticas que reflitam numa mudança social, econômica e consequentemente ambiental.

Alguns questionamentos necessários são: qual o motivo de não conseguirmos ultrapassar a reflexão sobre o problema exposto e agir? Qual a barreira que se impõe que não permite uma ação concreta sobre a questão ambiental? Quais seriam as soluções?

No texto destacamos algumas reflexões baseada em conceitos geográficos, dando ênfase para a relação social intrínseca à crise ambiental. Reflexões sobre a importância da educação ambiental para mudar a relação da sociedade com a natureza.

Consideramos no texto que a educação ambiental é importante para que haja a superação dos problemas sociais e dos padrões atuais de consumo, que criaram os problemas ambientais refletidos no planeta. É pela educação que reproduzimos a sociedade, é pode ser pela educação que possamos começar a mudança que precisamos.

Uma base conceitual e histórica para a Educação Ambiental

A geografia enquanto ciência através dos conceitos que a permeiam conseguiu refletir as modificações empregadas no espaço geográfico pelo homem. Vamos abordar alguns que estão relacionados com a relação que o homem desenvolveu com o espaço. O conceito de natureza foi utilizado pelo homem conforme sua necessidade. Salientamos que ao considerar natureza uma parte do espaço, estamos afirmando que o homem não faz parte da mesma. As visões que o homem e/ou a sociedade tinham e têm da natureza modificaram-se conforme a necessidades sociais e ideológicas de determinado período da história. Portanto o conceito de natureza sofreu muitas modificações, conforme a sociedade modificou-se.

A partir do século XVII a sociedade iniciou uma revolução no seu pensamento científico em diversas áreas. A natureza passou a ser vista como “algo” a ser explorado, analisado e esmiuçado. A natureza passou a ser outro, outra coisa, uma coisa à parte que poderia ser explorada. Esta relação que perdura até hoje reflete uma consequência no imaginário social que transformou a natureza em somente um recurso natural, a ser explorado e utilizado pelo homem como matéria-prima.

Alguns cientistas e filósofos contribuíram para a modificação conceitual da natureza nesse período. René Descartes, por exemplo, é considerado o fundador do pensamento moderno com seu método do racionalismo baseado na dedução. Defendeu a ideia de análise parcial e especialização das ciências com base na exploração da natureza. A partir deste momento, a separação dos conhecimentos e sua especialização se intensificaram.

Para Descartes a natureza era considerada uma máquina com leis mecânicas perfeitas, e o objetivo da ciência era dominar e controlar a natureza. Esta visão da natureza fundamentou o pensamento social de exploração na natureza e o tratamento posterior de vê-la como objeto, apenas um recurso. O filósofo Francis Bacon também contribuiu para o desenvolvimento da visão de que a natureza era para ser explorada utilizada como um recurso a ser utilizado pelo homem.

Podemos verificar que a visão desses filósofos com relação à natureza permanece em nossa sociedade atualmente. O período moderno refletiu diversas consequências em nossa sociedade. Como a intensificação da exploração da natureza, principalmente no período de industrialização. O processo de cartesianismo culminou numa especialização das ciências que se desenvolveram amplamente nestes séculos XVI e XVII. As ciências passaram a ser especializadas e desconectadas com o todo, dificultando uma visão holística.

Outro conceito significativo é a paisagem que sempre foi importante para a ciência geográfica, sendo o primeiro conceito a ser considerado, uma vez que a prática inicial da Geografia era a descrição das paisagens. Este conceito dava conta de classificar os elementos geográficos agrupados, pela observação material e descritiva do mundo.

No início o conceito de paisagem estava atrelada ao positivismo da escola alemã, numa forma mais estática, onde se focalizam os fatores geográficos agrupados em unidades especiais e, numa forma mais dinâmica, na geografia francesa. Ambas tratam a paisagem como uma face material do mundo, onde se imprimam as atividades humanas (SCHIER, 2003a, p. 23).

Mas a conceituação sofreu modificações quando o olhar sobre a paisagem trouxe mais explicações, ampliando a visão geográfica sobre o espaço que passou a ser como um texto a ser interpretado, que tem a materialidade histórica e cultural.

Dos pensadores da ciência geográfica, Humboldt tinha a visão holística sobre a paisagem buscando uma análise integrada, já Ritter organizou o conhecimento sobre determinados países e regiões com base numa análise regional comparativa entre áreas semelhantes e diferentes.

Outro pensador da Geografia é La Blache que desenvolveu o conceito de que “é preciso partir da idéia de que uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe, mas das quais o emprego depende do homem [...]” (GOMES, 1996, p. 203). Esta visão de La Blache trouxe uma análise integrada dos componentes da paisagem, mas não é completa, pois não trata com amplitude a ação antrópica sobre a paisagem analisada. Apesar de trazer uma visão integradora entre os elementos, fragmentou a visão holística do planeta como um todo.

Em alguns momentos históricos o conceito de paisagem perdeu importância e outros conceitos começaram a tratar de sua conceituação com a mesma importância como é o caso do conceito de região como cita Schier, “A partir dos anos 60, o termo “região” substitui, sob influência de Hartshorne, quase totalmente o termo “paisagem” nos circuitos geográficos [...]” (SCHIER, 2003b, p. 84). Já a geografia crítica evitou falar de paisagem, interpretando a organização do espaço em termos críticos e funcionalistas.

Bertrand e Bertrand (2007) retomaram a análise da paisagem e ampliou seu foco de análise mostrando que ação antrópica é importante no dinamismo do espaço e questão, como cita:

A paisagem não é simples adição de elementos geográficos disparatados. É uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND e BERTRAND, 2007, p. 141).

A paisagem como base da análise dos estudos científicos a partir de Bertrand teve mais possibilidade de estudo, pois como o próprio Bertrand afirma “É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem “natural”, mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica” (BERTRAND e BERTRAND, 2007, p. 141). A ação antrópica é importante no conceito de paisagem uma vez que poucos espaços no planeta não são modificados pelo homem. A paisagem que encontramos atualmente tem essa presença da modificação humana importante para ser interpretada. Ao mesmo tempo reflete os processos históricos impregnados no espaço geográfico analisado, portanto é um conceito que auxilia na interpretação dos acontecimentos pelos pesquisadores.

Nesta perspectiva, a paisagem é o conceito mais adequado para basilar os estudos em Educação Ambiental, pois consegue demonstrar como as políticas ambientais foram implantadas no espaço geográfico. Sendo que as políticas geralmente refletem os ideais humanos da época sobre a natureza e/ou utilização dos recursos naturais. A paisagem consegue refletir a ação humana sobre o espaço demonstrando as modificações realizadas.

A história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflito para um mundo de ações em conflito. No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes, a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco

modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais (SOUZA, 1999, p. 177).

A Educação Ambiental surgiu com a discussão dos problemas ambientais e as consequências do modelo de produção existente e seus impactos sobre o meio natural, utilizado como recurso natural para a produção e consumismo social.

A discussão sobre os problemas ambientais e educação ambiental sempre vai estar relacionado ao modo de vida, modo de produção e a falência do modelo atual da sociedade capitalista que explora o meio natural como se fosse inesgotável e estivesse a serviço da produção ilimitada.

Devemos salientar que a discussão sobre problemas ambientais surgiu não porque a sociedade estava preocupada com os limites da natureza, mas porque como sociedade passamos a observar que a natureza como recurso natural não poderia suportar tamanha exploração sem que isso refletisse em nossa maneira de produzir no modelo econômico que temos e até mesmo viver no planeta. As preocupações estavam na ideia de como poderíamos viver de maneira a causar o menor impacto possível para podermos por mais tempo continuar com nosso estilo de consumo, e por isso o termo desenvolvimento sustentável é tão utilizado. Leff (2009) identifica os fatos que levaram a sociedade discutir a relação entre homem e natureza.

São três os pontos fundamentais de fratura e renovação que caracterizam esta crise: 1) Os limites do crescimento e a construção de um novo paradigma de produção sustentável; 2) A fragmentação do conhecimento e a emergência da teoria de sistemas e do pensamento da complexidade; 3) O questionamento da concentração do poder o Estado e do mercado, e a reivindicação de democracia, equidade, justiça, participação e autonomia, da parte da cidadania (LEFF, 2009, p. 236).

As questões levantadas por Leff (2009) estão em foco na sociedade pós-moderna, frequentemente discussões sobre desenvolvimento sustentável, a reflexão sobre a organização social atual e a busca pela democracia geram conflitos em diversas partes do mundo. Em se tratando de limites para a economia temos um impasse em relação ao modo-de-produção ao qual estamos inseridos, pois ser bem sucedido significa ter desenvolvimento econômico, ou seja, vender, consumir e explorar cada vez em maior quantidade.

Para refletirmos sobre as questões levantadas por Leff (2009) devemos salientar que o modo-de-produção atual, o capitalismo, está baseado numa sociedade de classes e tem como principal objetivo o lucro e o acúmulo de capitais nas mãos de poucas pessoas, pertencentes às classes dominantes. Essa problematização levantada torna-se uma questão importante para a manutenção deste modo-de-produção, pois o mesmo baseia-se na intensa utilização da natureza para manter o ciclo de produção e de consumismo da sociedade. O fato de precisar pensar sobre como manter a disponibilidade dos recursos naturais torna-se fundamental para os beneficiados com este modo-de-produção.

O modo de produção capitalista tem como consequência uma intensificação da exploração da natureza no processo de industrialização. Mas a produção industrial que parecia ilimitada teve que tomar conhecimento a partir de década de 70, que os recursos naturais são limitados e com a consciência generalizada da população sobre este fato. Apesar disso, o capitalismo se especializou gerando uma sociedade desigual iludida pelo consumo. O consumo desenfreado provoca uma exploração mais intensa dos recursos naturais. Esse ciclo é mantido através do marketing, que induz um maior consumo, inserindo necessidades para a sociedade.

É de fato, insensato tentar desvincular os problemas do meio ambiente dos problemas do desenvolvimento, já que os primeiros são a simples expressão das falências de um determinado estilo de desenvolvimento. A compreensão adequada da crise pressupõe, portanto, que esta diz respeito

ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo (GUIMARÃES, 2005, p. 51).

A visão fragmentada desenvolvida no período Moderno dissociou os aspectos da economia aos da natureza, da cultura e da produção social. Este processo influenciou na maneira como conseguimos observar os problemas ambientais causados por um ciclo instalado em nossa maneira de produzir e não associamos todo processo. Acreditamos que a discussão sobre consumismo deve ser o cerne de uma reflexão maior num processo de conhecimento do funcionamento do modo-de-produção a partir do processo de educação ambiental desenvolvido nas escolas. Pois não é possível entender a crise sem fazer esta relação entre os problemas e como as mesmas foram produzidas, tendo a relação histórica e econômica.

O conceito de educação ambiental foi exposta vinculada ao conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu em Estocolmo em 1972, como Guimarães (2005) afirma que foi consolidada 20 anos mais tarde no Rio de Janeiro. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento define desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

Ainda sobre o assunto:

Assim a abordagem da educação para o meio ambiente aparece, primeiramente, em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia. A recomendação 96, da Declaração de Estocolmo, indicava a necessidade de realizar uma educação ambiental, como instrumento estratégico na busca da melhoria da qualidade de vida e na construção do desenvolvimento (LIMA, 1999, p. 4).

A partir de 1972 a ideia sobre um desenvolvimento que fosse sustentável e garantisse uma maneira da sociedade manter sua estrutura capitalista e com um determinado nível de consumo, foi mais discutida. Na possibilidade de não deixar de produzir através do capitalismo e da industrialização já implantada, mas levando em consideração aspectos de uma crise ambiental aparente, que culminaria numa crise da produção.

A partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilisi (EUA), em 1977, inicia-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade (JACOBI, 2012, p. 190).

A educação ambiental surge como uma resposta à questão ambiental, como já citamos logo após a conferência de Estocolmo, em 1975, proposta por uma organização mundial. Nessa proposta já estava incluída a discussão sobre a interdisciplinaridade. Contrariando a organização escolar atual, que é disciplinar com influência no cartesianismo e a especialização das ciências. A visão holística é valorizada, mostrando que para termos uma visão diferente sobre o que designamos natureza, devemos primeiramente ter uma visão do todo e de que fazemos parte desta natureza.

O interessante no fato acima citado é que um órgão Mundial, ao discutir os problemas ambientais que culminaram numa crise ambiental que nos damos conta somente na década de 70, já tenha traçado possíveis soluções e propostas de ação, incluindo as maneiras como esta deveria ser realizada. Quando da abordagem na conferência propôs-se a educação ambiental e mencionou-se como esta deveria ser realizada, de maneira

interdisciplinar, além disso o desenvolvimento sustentável foi proposto para a área econômica, o que de certa maneira garantia a estrutura do modo-de-produção vigentes.

A questão ambiental passou a ser discutida incessantemente, mas é interessante que no momento que a ONU - Organização das Nações Unidas - expôs o tema e a fragilidade do ambiente impactado. A educação ambiental surge nesse momento como uma ação necessária com medidas paliativas, que tentavam resgatar as relações disciplinares. Salientamos que a educação ambiental na maneira como foi apresentada permitia uma continuidade da estrutura econômica existente, sem cogitar grandes mudanças.

Chegamos num ponto do desenvolvimento, que temos que educar o ser humano a conviver melhor com o meio ambiente. Questões como a necessidade da reciclagem, tornaram-se enfáticos em nossas escolas. Mas será que a questão a se ensinar não seria consumir menos? Aliás, destinar corretamente os resíduos deveria ser algo inquestionável, uma questão de educação familiar e ponto.

O conceito de desenvolvimento sustentável esbarra em um problema grande: o social. Será que realmente podemos sustentar o desenvolvimento econômico do modo-de-produção que vivemos e que reflete neste amplo consumismo e utilização dos recursos naturais? Então realmente podemos desenvolver sustentavelmente? De um lado temos uma parte da sociedade que precisa manter o consumo e utilizar-se do meio natural como um recurso e de outro uma parte da população pobre que não consegue nem sequer manter o mínimo necessário para sua sobrevivência como a alimentação ou o vestuário, sem condições alguma para praticar ações ambientais. Como podemos pensar que pessoas que não tem o que comer se preocupem com espaço natural ainda existente? Como poderemos equacionar este problema?

[...] em situações de extrema pobreza o ser humano empobrecido, marginalizado ou excluído social e economicamente em âmbito nacional não tem como assumir qualquer compromisso para evitar a degradação ambiental, se é que a própria sociedade não é capaz de impedir sua deterioração enquanto pessoa (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Embora a sociedade apresente essa desigualdade que gera um impasse na proteção do meio natural, uma questão certa é que o modelo de sociedade e de produção atual é insustentável, pois daqui um tempo o próprio consumo estará em risco e a condição de vida no planeta não será o mesmo, como afirma:

No entanto, convivemos com duas realidades contrapostas. Todos os atores parecem concordar que o estilo atual está esgotado e é decididamente insustentável, não apenas econômica e ambientalmente, mas principalmente em termos de justiça social. Por outro lado, não foram adotadas medidas indispensáveis à transformação das instituições econômicas e sociais que deram sustentação ao estilo vigente. (GUIMARÃES, 2005, p. 61).

Apesar de considerarmos as condições em que foram colocadas as questões ambientais para a sociedade, e da desigualdade relacionada ao uso dos recursos entre países pobres e ricos, populações pobres e ricas. Não podemos negligenciar que esta preocupação ambiental é legítima e o desenvolvimento sustentável deve ser pensado seriamente no âmbito da política, da sociedade civil organizada e de todos. Leff (2009) traz uma discussão interessante sobre equidade e desenvolvimento sustentável.

O princípio de equidade é indissociável dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Além de ser um compromisso com as gerações futuras, apresenta-se como uma questão de solidariedade intrageracional, que implica tanto a distribuição dos custos ecológicos como o acesso dos atuais grupos sociais aos recursos ambientais do planeta. A questão levantada pelo processo de reapropriação social da natureza ultrapassa a abordagem da equidade como um problema de distribuição ecológica; isto é, como uma

repartição mais justa dos custos da degradação e contaminação ambiental, uma melhor avaliação do acervo de recursos dentro das contas nacionais e uma melhor distribuição de renda (LEFF, 2009, p. 76).

Duas questões são postas por Leff (2009) a primeira é social, pois as desigualdades provenientes da estrutura econômica da sociedade são importantes para entender o processo de degradação e poluição do ambiente. Outra questão é a desigualdade global entre países e Estados que determinam direitos e possibilidades para alguns e limitações para outros. Este desequilíbrio de estrutura já provocou discussões sobre a possibilidade de exploração dos recursos naturais.

Apesar de a sociedade reconhecer a necessidade de modificar sua estrutura, e a maneira de utilizar o meio natural, o que realmente é realizado em forma de ações na área ambiental, por enquanto, são consideradas como “[...] “esverdear” o estilo atual, sem de fato viabilizar as mudanças com as quais os governos representados na Eco-92 se comprometeram” (GUIMARÃES, 2005, p. 62).

Podemos nos perguntar o porquê considerar esverdear o estilo de vida, mas a resposta reflete-se fácil através do marketing das empresas. Muitas instituições e empresas utilizam como propaganda a consciência ambiental ou ações paliativas que minimizariam os impactos de produção industrial sobre as áreas naturais. E os cidadãos que possuem uma consciência ambiental acabam consumindo tais produtos na sensação de colaborar com o meio ambiente. Mas os mesmos cidadãos não refletem que para minimizar realmente o processo de degradação e poluição ambiental a solução mais cabível é a de diminuir o consumo.

A questão ambiental é tratada por algumas empresas como um valor que agrega preço ao seu produto, mostrar que está preocupado com a natureza e estar ecologicamente correto, faz com que a população mais consciente mude seus hábitos de consumo. Mas não deixe de consumir. Sendo que a maioria dos produtos esverdeados custa muito mais caro, pela sua eficiência ambiental.

A questão ambiental é reconhecida de modo geral pela sociedade como legítima, mas pouco se tem feito para modificar as estruturas econômicas e por consequência a exploração dos recursos naturais ou até mesmo a poluição. Tornou-se moderno para a área empresarial demonstrar a preocupação ambiental e interessante para o marketing da empresa, como resultado temos ações paliativas para diminuir os impactos ambientais.

Os consumidores ao adquirir produtos destas empresas esverdeadas se sentem participantes de uma consciência coletiva de preservação do meio ambiente. Sem questionar que o consumo que faz que esse processo de exploração permaneça. A ideia central é de que se os materiais forem recicláveis e não prejudiquem muito a paisagem natural não há problemas no consumo.

A ampla divulgação dos problemas ambientais através de reportagens e discussões que utilizam o termo ecologia, propagandas de produtos ‘ecologicamente corretos’ nos passam a falsa ideia de que alguém está resolvendo o problema da crise ambiental, e que logo teremos um mundo melhor mesmo que nossos hábitos não mudem. O consumo, a produção e o modelo econômico continuam os mesmos, mas a tranquilidade de saber que existem pessoas discutindo e pensando os tais produtos melhores, nos permitem continuar consumindo ‘sem peso na consciência’.

A solução seria mudar os hábitos, consumir menos e não consumir o correto. Ou até mesmo segundo alguns autores a mudança de modo-de-produção. Mas o que é educação ambiental? Educar para viver no ambiente? Mas o fato de educar é essencial, se vivemos no mundo e consumimos produtos que geram resíduos, é óbvio que precisamos destinar corretamente os resíduos, se somos nós que utilizamos. É um fator de educação. Então porque chegamos ao ponto de além de educar, temos que educar para viver no ambiente?

A resposta está no fato de enxergarmos o chamado ambiente ou natureza como um recurso, e não nos sentimos parte disso. Provavelmente está no fato da sociedade ter valorizado o ter e não o ser, o consumir sem se importar a matéria-prima e o resíduo do produto, e enfim do egoísmo como estilo de vida, vendido em comerciais e uma vida corrida e não reflexiva.

A educação ambiental é uma das soluções para esse impasse social, educar a sociedade para um consumo responsável mostrando todo o processo de produção e consumo como responsável pela crise que a sociedade se encontra, e não apresentar apenas soluções paliativas para o problema como a coleta de lixo reciclável. Se a educação ambiental for feita apenas com algumas soluções parciais dos problemas causados pelo modelo econômico que temos, a pessoa não conseguirá observar o todo e mudar práticas que realmente ajudariam a diminuir a crise ambiental, como consumir menos.

Devemos educar usando todo o processo de produção ao consumo, mostrando a responsabilidade pela crise ambiental que vivemos. Se realizarmos a educação ambiental utilizando somente algumas questões fragmentadas correremos o risco de não desenvolvermos a visão total sobre o problema e a questão ambiental, não influenciando na mudança de comportamentos e uma possível modificação estrutural. Nesse sentido, Loureiro fala sobre a educação ambiental transformadora:

A Educação Ambiental Transformadora enfatiza a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o “lugar” ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos (LOUREIRO, 2012, p. 80).

Na discussão como a área educacional pode auxiliar e efetivamente realizar uma educação ambiental. Existem algumas discussões como Lima (1999) na maneira de realização, como por exemplo: que deve ser uma atividade contínua, ter caráter interdisciplinar, ter um perfil pluridimensional, associando os aspectos econômicos, político, cultural, social e ecológico da questão ambiental, ser voltada para a participação social e para a solução dos problemas ambientais e visar a mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais. Entre suas ideias Lima cita que a educação ambiental deve ser: a) democrática [...] b) participativa [...] c) crítica [...] d) transformadora [...] e) dialógica [...] f) multidimensional [...] g) ética (LIMA, 1999, p. 12).

Democrática e participativa porque requer a participação da sociedade e o conhecimento deve ser levado à todos ricos ou pobres, crítica no sentido de explicitar a problemática e não camuflar o processo responsável pelo problema. Transformadora por que requer uma transformação na maneira de pensar e mudar valores pré-existentes, construindo novas atitudes. Dialógica por que o conhecimento tem um processo de ensino-aprendizagem constante, ou seja, não parte somente do educador. Multidimensional porque deve abordar os mais diversos aspectos disciplinares e/ou científicos, e não limitar-se aos aspectos de uma ciência e/ou disciplina. E ética porque trata de desmistificar o mercado e trazê-lo para uma discussão sobre uma ótica reveladora de sua estrutura.

Leff (2009) compartilha da ideia de Lima sobre a educação ambiental ser interdisciplinar. Sabemos que através de um processo histórico iniciado no período moderno e através da sistematização de diversas ciências, as disciplinas foram separadas e individualizadas em seus conteúdos. Mas a educação ambiental exige esforços dos professores para ultrapassar as barreiras de suas disciplinas, pois no ‘mundo real’ não existem essas divisões que foram criadas pelas ciências. O autor ainda nos indica novos desafios importantes para o desenvolvimento da educação ambiental.

Problematizar a questão ambiental e explicar como chegamos aos problemas ambientais atuais, explicando todo processo com abordagens políticas, econômicas de

maneira interdisciplinar, mudar valores e atitudes, deve ser o enfoque da educação ambiental como cita Lima (1999), que deve ser uma atividade contínua, ter caráter interdisciplinar, ter um perfil pluridimensional, associando os aspectos econômicos, político, cultural, social e ecológico da questão ambiental, ser voltada para a participação social e para a solução dos problemas ambientais e visar a mudança de valores, atitudes e comportamentos sociais.

A educação ambiental não pode ser feita por um só professor, pois requer esforços coletivos que demandam estudo, planejamento, delimitação e reorganização de conteúdos e inserção da questão ambiental através de conteúdos específicos das disciplinas. Não estamos enfatizando a pedagogia de projetos, nem a criação de disciplina específica para tratar do assunto, mas sim tratar com a devida relevância a questão ambiental, sendo um trabalho coletivo.

Leff cita que “A educação ambiental exige a criação de um saber ambiental e sua assimilação transformadora às disciplinas que deverão gerar os conteúdos concretos de novas temáticas ambientais” (LEFF, 2009, p. 213). Esse saber ambiental deve ter relações que ultrapassam as barreiras disciplinares.

O que verificamos há alguns anos é que o Estado propõe algumas políticas públicas voltadas à questão ambiental, através de seus ministérios e secretarias, mas apenas algumas estão voltadas à educação ambiental ou acabam abrangendo a mesma. Segundo o BRASIL (2013) políticas públicas são:

Encontramos em livros e dicionários numerosas definições para “políticas públicas”, mas repetem-se os seguintes fatores comuns: as atividades de um governo ao longo do tempo; as medidas tomadas pela sociedade política para realizar um projeto de sociedade; as intenções que dirigem as ações de um governo na busca de soluções aos problemas públicos e de atendimento a demandas vindas de grupos específicos da sociedade; conjunto de ações desencadeadas pelo Estado com o objetivo de atender as necessidades de determinados setores na sociedade. Nesse contexto: a) as políticas são denominadas “públicas” porque devem atingir o público. O governo tem a responsabilidade de garantir que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população. Elas são consequências de demandas apresentadas pela sociedade, nas mais diversas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que políticas públicas é “o Estado em ação”, ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade (BRASIL, 2013, p. 25).

Os problemas ambientais estão em evidente discussão e pressionam o Estado a incluir em suas ações políticas públicas, e legislação que regulamente o desenvolvimento de ações voltadas a esta questão. Como citado anteriormente a sociedade pensa ser legítima a discussão sobre os problemas ambientais, pressionando o Estado a tomar decisões favoráveis nessa área. Embora essas ações sejam demandas organizativas, deliberativas e na maioria das vezes paliativas.

Quando as políticas públicas abrangem a área educacional o ambiente escolar é utilizado para o desenvolvimento das mesmas. O que verificamos é que nem sempre as políticas públicas presentes na escola estão relacionadas à educação, mas também ao atendimento da população/comunidade de maneira geral, nas mais diversas áreas.

O saber ambiental citado por Leff (2009) pode e deve ser construído em outras áreas, mas é no âmbito na educação que pode se desenvolver com um propósito de formar uma sociedade diferente. A demanda ambiental existe e nesse sentido o Estado elabora políticas públicas abordando a questão para que a comunidade escolar desenvolva. A escola é a instituição pública mais próxima das famílias e da comunidade, tornando-se o acesso do Estado mais facilitado à população.

A escola é o espaço de esperança através da educação ambiental e da formação de cidadãos críticos. Através da escola e da educação ambiental podemos dar continuidade ao modelo atual, ou formar cidadãos que o possam modificar. Cabe ao educador essa responsabilidade de formar cidadãos críticos e capazes de mudar a realidade. Pois só através da educação baseada na reflexão dos problemas sociais e ambientais podemos avançar no paradigma da crise ambiental.

Considerações sobre o Assunto

A crise ambiental é um paradigma da sociedade atual que deve ser discutido com seriedade para que sejam elaboradas ações pertinentes à solução da mesma. Essas ações devem relacionar aspectos econômicos, pois o cerne de toda essa discussão é o modo-de-produção capitalista e a necessidade que temos de ter reservas de matérias-primas para que a atividade econômica funcione.

Os problemas ambientais estão relacionados à necessidade de tornar a natureza em reservas e preservar o modo de consumo da sociedade. Sem modificar esta estrutura não conseguiremos agir de modo a intervir adequadamente para solucionar os problemas ambientais.

A educação é a maneira que as sociedades têm de reproduzir os saberes essenciais para sua manutenção. Isso significa que para que haja uma modificação no pensamento e na estrutura que está causando os problemas ambientais, a solução está na educação.

Consideramos a educação e a educação ambiental eficiente, quando utilizada com o propósito crítico e reflexivo sobre os problemas sociais e ambientais, com uma abordagem sobre a estrutura econômica e política. Ações paliativas, como o trabalho com reciclagem é importante, mas não suficiente para mudar a educação e a estrutura existente.

Os educadores que trabalham com ações paliativas na educação ambiental realizam um trabalho significativo, mas de certa maneira garantem a continuidade da estrutura social que provocou os problemas ambientais atuais. Como exemplo podemos citar a reciclagem, que na maioria das vezes é tratada como um problema de destinação correta dos resíduos, mas deveria ser observada a partir do consumismo e da grande produção de industrializados que geram mais resíduos. Tratar o tema reciclagem se tornou importante porque a reciclagem ameniza alguns problemas ambientais, mas não resolve o problema, pois o trata de maneira fragmentada.

Precisamos tornar o saber ambiental um tema que permeia todas as discussões no ambiente escolar, discutindo questões estruturais de maneira interdisciplinar. É importante demonstrar que não há separação entre sociedade e natureza, mas fazemos parte de um meio ambiente ao qual causamos impactos. Esta visão holística deve ser retomada na educação, para mostrar que interferimos na paisagem e podemos comprometer a vida no planeta. Sem esse trabalho de revelar criticamente o mundo que vivemos não poderemos avançar em outras discussões sobre os problemas ambientais.

Referências

- ACSELRAD, H. Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro. IBASE. 1992. p. 18-31.
- BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Cadernos de Estudos do Curso de Competências Básicas**. Brasília: FNDE, 4a. ed, 2013.

- GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GUIMARÃES, M. **Sustentabilidade e Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa**. no. 118, São Paulo, março/ 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf> acesso em 05 de jun. de 2012.
- LIMA, G.F. da C. **Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. Ambiente e Sociedade**. Campinas: NEPAM/UNICAMP, ano II, n.5, 1999.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes. 7a ed., 2009.
- LOUREIRO, C.F.B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. In: **Educação & Sociedade**. Campinas: Vol. 26, n.93, p. 1473-1494. Set./Dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em 05 de jun. de 2012.
- SCHIER, R.A. **As concepções da paisagem no código florestal**. Curitiba, 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. 2003a.
- SCHIER, R.A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista RA'EGA**, Curitiba. n. 7, p. 79-85, 2003b.
- SOUZA, R.J. de. O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface sociedade-natureza. **Revista Formação**. n. 16, vol. 2. 1999.